



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016575-83.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Leonardo Augusto Rossi Caruso**
 Requerido: **Marcia Renata Esteves Machado**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

LEONARDO AUGUSTO ROSSI CARUSO ajuizou ação contra **MÁRCIA RENATA ESTEVES MACHADO**, alegando, em suma, que para ela alienou, em 14 de maio de 2009, um veículo motoneta Sundown/WEB 100 EVO, ano de fabricação/modelo 2006, placa DNP-6950, sem ocorrer transferência perante o órgão de trânsito, o que acarretou a incidência de dívidas de IPVA e multas em desfavor do alienante. Pediu a condenação do réu ao cumprimento da obrigação de transferir o veículo, a pagar os débitos pendentes e requereu a expedição de ofícios à Secretária da Fazenda Estadual e ao DETRAN para que abstenham-se de informar qualquer débito em seu nome, referente ao veículo.

Deferiu-se o adiantamento da tutela jurisdicional.

Citado, o réu não contestou o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido, o qual, ademais, encontra conforto na prova documental exibida, reveladora da relação jurídica entre as partes, notadamente o fato da alienação do veículo e a omissão da ré em transferir o registro de propriedade, acarretando a incidência de cobrança fiscal em desfavor do autor.

Inafastável a obrigação da ré, de transferir para seu nome o registro de propriedade do veículo, perante o órgão de trânsito, respondendo ainda pelos encargos decorrentes da propriedade, inclusive multas de trânsito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ressalva-se a inviável comunicação à Secretaria da Fazenda Estadual e ao DETRAN, para absterem-se de informação pertinente aos débitos, possível apenas se forem pagos, pois tais entidades não figuram no polo passivo da relação processual e não podem sofrer consequências da sentença, se descumprida. Faculta-se ao autor requerer perante tais órgãos o que entender a bem de seus direitos e interesses, com base na sentença.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** e, confirmando a decisão de adiantamento da tutela, **condeno MÁRCIA RENATA ESTEVES MACHADO** ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em, no prazo de trinta dias, promover a transferência do registro de propriedade do veículo, perante o órgão de trânsito, e a pagar os débitos decorrentes da propriedade do veículo, lançados em desfavor do autor, sob pena de incidir em multa mensal de R\$ 500,00. Poderá o autor comunicar ao órgão de trânsito a alienação do veículo e também o resultado desta ação judicial.

Responderá a ré pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados por equidade em R\$ 500,00.

P.R.I.

São Carlos, 11 de novembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**